



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

LEI Nº. 118/2014.

Em, 03 de Janeiro de 2014.

ALTERA A LEI Nº 10/2005 QUE INSTITUIU NOVAS DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E O CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CONGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Artigo 9º da Lei Municipal nº 10/2005, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 9º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se em órgão deliberativo e controlador das ações e políticas municipais de atendimento à criança e ao adolescente vinculado à Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico."

Art. 2º. O inciso VI do Artigo 10º da Lei Municipal nº 10/2005, passa a ter a seguinte redação:

"Elaborar a Proposta Orçamentária para os planos e programas de atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, submetendo à Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico."

Art. 3º. O §4º do Artigo 11 da Lei Municipal nº 10/2005, passa a ter a seguinte redação:

"§4º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto por 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) membros suplentes, assim indicados:

Romildo A. Quirino de Sousa
Prefeito Constitucional

Rua Senador Rui Carneiro S/N Congo – PB
CNPJ 08.870.164/0001-81 Telefone: 83) 3359-1100

E-MAIL pmcongo@hotmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

I – Representação Governamental:

- a) 1 (um) Representante do Gabinete do Prefeito;
- b) 1 (um) Representante da Secretaria de Saúde;
- c) 1 (um) Representante da Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico;
- d) 1 (um) Representante da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto;
- e) 1 (um) Representante da Câmara Municipal.

II – Representação Não-Governamental:

- a) 1 (um) representante de Entidades Religiosas;
- b) 1 (um) representante das Associações Urbanas;
- c) 1 (um) representante de Fundações e Entidades Filantrópicas;
- d) 1 (um) representante das Associações Rurais;
- e) 1 (um) representante dos Sindicatos."

Art. 4º. O §1º do Artigo 12 da Lei Municipal nº 10/2005, passa a ter a seguinte redação:

"§1º. O Secretário Executivo do Conselho será designado através de plenária realizada pelos membros do Conselho."

Art. 5º. O Artigo 20 da Lei Municipal nº 10/2005, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 20. A Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico prestará apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao funcionamento do Conselho."

Art. 6º. O Parágrafo Único do Artigo 22 da Lei Municipal nº 10/2005, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo Único. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente passa a ser subordinado operacionalmente à Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico."

Jonas A. Quirino de Sousa
Prefeito Constitucional

Rua Senador Rui Carneiro S/N Congo – PB
CNPJ 08.870.164/0001-81 Telefone: 83) 3359-1100

E-MAIL pmcongo@hotmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

Art. 7º. O Artigo 31 da Lei Municipal nº 10/2005, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 31. O Conselho Tutelar é composto por 5 (cinco) membros efetivos e 10 (dez) suplentes, escolhidos pela comunidade local para o exercício de um mandato de 3 (três) anos, permitida uma reeleição."

Art. 8º. O inciso I do Artigo 34 da Lei Municipal nº 10/2005, passa a ter a seguinte redação:

"I – Possuam:

- a) Reconhecida idoneidade moral;*
- b) Idade superior a 21 (vinte e um) anos;*
- c) Experiência na área de defesa e/ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente pelo menos em 6 (seis) meses;*
- d) No mínimo, curso do ciclo do 2º grau;*
- e) Aptidão à causa pública;*
- f) Dedicção Exclusiva para atividade de Conselheiro."*

Art. 9º. O §1º do Artigo 40 da Lei Municipal nº 10/2005, passa a ter a seguinte redação:

"§1º. O Secretário Executivo do Conselho será designado através de plenária realizada pelos membros do Conselho."

Art. 10º. Revogam-se as disposições em contrário entrando em vigor esta Lei na data de sua publicação.

Congo, 03 de Janeiro de 2014.


ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA
PREFEITO CONSTITUCIONAL


Romualdo Antonio Quirino de Sousa
Prefeito Constitucional

Rua Senador Rui Carneiro S/N Congo – PB
CNPJ 08.870.164/0001-81 Telefone: 83) 3359-1100

E-MAIL pmcongo@hotmail.com